



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

VITÓRIA RIBEIRO PRATA ANTUNES

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC): uma política viável para garantir a
segurança alimentar na UE no contexto de guerra Rússia e Ucrânia?**

**BRASÍLIA
2023**

VITÓRIA RIBEIRO PRATA ANTUNES

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC):
efeitos socioeconômicos e o contexto de guerra da Ucrânia**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Profa. Dra Gleisse Ribeiro Alves

**BRASÍLIA
2023**

VITÓRIA RIBEIRO PRATA ANTUNES

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC):
efeitos socioeconômicos e o contexto de guerra da Ucrânia.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Profa. Dra Gleisse Ribeiro Alves

BRASÍLIA, 20 MAIO 2023

BANCA AVALIADORA

Prof. Gleisse Ribeiro Alves
Examinador/Orientadora

Professor(a) Avaliador(a)

Dedico esse trabalho de conclusão a Deus.

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica requer muita persistência e dedicação, por isso agradeço a Deus por ter me sustentado e me guardado até aqui e por ter me dado a oportunidade de cumprir os deveres acadêmicos com êxito. Ele é o motivo da minha alegria e da minha força, sem Ele eu nada poderia fazer.

Agradeço também aos meus pais por acreditarem em mim e no meu sucesso em relações internacionais. Um reconhecimento especial a minha irmã e meu namorado por serem pilares fundamentais tanto na jornada acadêmica, quanto durante a elaboração deste trabalho. Creio que eles são instrumentos de bênção dados por Deus para mim.

Gostaria de ressaltar a participação dos meus colegas de sala, especialmente aos mais próximos, pois me acompanharam no decorrer de quatro anos de curso e se mostraram importantes suportes diante da vida acadêmica e emocional. Eles marcaram minha vida de maneira positiva, deixando os dias mais leves e mostrando que o ambiente universitário pode gerar grandes amigos e que podem ser mantidos por toda jornada profissional.

Sou grata a cadeira de docentes do curso de relações internacionais, os quais apresentam currículos impecáveis e de grande êxito profissional, pois mostraram de forma didática a realidade das Relações Internacionais e influenciaram na percepção do internacional e das possibilidades de carreiras na área. Enalteço aqui a professora Gleisse Ribeiro Alves pela disposição de me orientar na pesquisa de conclusão e por me acolher de forma singular, dando conselhos para vida, lapidando as ideias e não desistindo de mim em nenhum momento.

“One minute I held the key; Next the walls were closed on me; And I discovered that my castles stand upon pillars of salt and pillars of sand”

Viva La Vida – Coldplay

RESUMO

Este trabalho tem como tema a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia em meio ao agravamento da crise alimentar gerada pela guerra na Ucrânia. Serão analisados, o posicionamento europeu frente a guerra e a fome, e ainda a relevância da brasileira no cenário de produção agrícola internacional. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida a PAC é uma política viável para garantir a segurança alimentar na UE, envolvendo o Brasil como agente de cooperação, diante da guerra na Ucrânia. Dessa maneira, é possível entender como os países têm procurado solucionar as nuances do desenvolvimento sustentável através do cumprimento das ODS. O método utilizado foi a utilização de matérias, reportagens e artigos jornalísticos que descreveram os eventos supracitados, bem como também a revisão bibliográfica de Relações Internacionais, principalmente os textos e as ideias de Joseph Nye. Além disso, esta monografia contribui ao expor a relevância desse tema tanto para os internacionalistas e acadêmicos políticos como para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Política Agrícola Comum. União Europeia. Commodities. Acordo comerciais. Brasil. Guerra Ucrânia e Rússia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aumento percentual no preço dos alimentos básicos	28
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Comissão Europeia
CE	Conselho Europeu
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e Aço
CONAB	Companhia Nacional De Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
GRFC	Relatório Global sobre a Crise de Alimentos
G7	Grupo dos Sete
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OCM	Organização comum dos mercados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PE	Parlamento Europeu
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da UE
UE	União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROBLEMA DA FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM	14
1.1. Política Agrícola Comum	14
1.2. Segurança Alimentar e a Fome	17
2 O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA E OS EFEITOS NA PRODUÇÃO DOS GRANDES CENTROS AGRÍCOLAS	22
2.1. Conflito na Ucrânia	22
2.2. Produção agrícola mundial e a guerra na Ucrânia	26
3 POSSÍVEIS SOLUÇÕES, A INTERDEPENDÊNCIA E O PAPEL DO BRASIL	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Diante da atual conjuntura de instabilidade vivida na Europa devido a guerra na Ucrânia e suas consequências, como a Política Agrícola Comum (PAC) garante a segurança alimentar dos cidadãos europeus? A hipótese desta análise está baseada na ideia de entender os efeitos da Política Agrícola Comum, a qual desde 1962, interfere na sociedade europeia e teve última atualização em um plano voltado para os anos de 2023 até 2027. A partir disso, a pesquisa buscará tratar das consequências da PAC no comércio internacional a partir do conflito na Guerra da Ucrânia e os impactos na segurança alimentar dos europeus.

Através da presente pesquisa buscaremos analisar o impacto da guerra entre Ucrânia e Rússia na segurança alimentar dos cidadãos da União Europeia, além de tentar entender como o conflito influencia a Política Agrícola Comum que está vigente no continente europeu. Além de buscar apresentar o Brasil como um dos grandes agentes que poderá cooperar para a solução do problema da fome na Europa. Essa perspectiva será tratada a partir dos seguintes objetivos específicos: 1) Definir e caracterizar o protecionismo e suas nuances, como protecionismo agrícola e segurança alimentar; 2) Avaliar a influência da Guerra da Ucrânia no texto da Política Agrícola Comum; 3) Descrever a PAC, seu funcionamento, histórico, implicações na sociedade europeia contemporânea, assim como suas características atuais; 4) Evidenciar dados sobre a produção agrícola na Ucrânia e Rússia e as exportações das mesmas para a União Europeia e identificar uma potencial relação de dependência; 5) Discutir o enredo do conflito na Ucrânia; 6) Comentar sobre a segurança alimentar dos países europeus como preocupação no pós 2ª Guerra Mundial; 7) Demonstrar a necessidade de ter o Brasil como uma das principais fontes alimentícias da Europa; 8) Identificar os impactos globais causados pela insegurança alimentar.

A situação europeia e a guerra na Ucrânia, o impacto da Política Agrícola Comum na segurança alimentar dos cidadãos europeus se torna mais evidente, uma vez que esse impacto se estende para questões como o aumento da pobreza no mundo e a desigualdade social. Além disso, é evidente também o impacto da PAC mundialmente, pois os efeitos causados na comunidade internacional, mesmo que o conflito abarque diretamente apenas dois países do sistema econômico mundial, temos lidado com a instabilidade de diversos setores internacionais, como a economia, o comércio e as sociedades civis.

Para Amartya Sen (1999, p.109), a pobreza define-se como uma escassez das capacidades básicas de um indivíduo e não se restringe a uma renda inferior a uma expectativa pré-determinada. Dessa forma, o não acesso a uma alimentação saudável, adequada e nutritiva

também se caracteriza como uma forma de pobreza. Não basta apenas fornecer o suficiente para que uma população não morra de fome, é necessário que sejam cultivados e distribuídos alimentos de alta qualidade e economicamente acessíveis. Entretanto, a questão da fome atinge os países não pertencentes à União Europeia, sendo eles que sofrem com as consequências da PAC. Além disso, os europeus acabam tratando a discussão da Política Agrícola Comum como partes a serem implementadas em política de Estado mesmo e apesar de garantir a distribuição de alimentos pela Europa, vem sendo afetada pela guerra entre Ucrânia e Rússia, fato que é percebido ao analisar os resultados acerca da eficiência da produção alimentar europeia.

Com a atual situação do conflito entre Rússia e Ucrânia, cria-se um cenário de instabilidade relacionado à segurança alimentar. No caso dos membros da União Europeia a maior preocupação deveria ser com o aumento do preço dos alimentos e o efeito disso para o cidadão médio. Ursula von der Leyen, que é a atual presidente da Comissão Europeia, demonstrou grande preocupação e indignação com o bloqueio da Rússia (um dos maiores produtores de trigo no mundo) a fornecedores de grãos da Ucrânia. Com isso, Leyen acusa Moscou e o presidente russo, Vladimir Putin, de usar dessa estratégia como uma “arma de guerra”, de forma a pressionar a sociedade internacional e conseguir com que a Ucrânia ceda o território desejado pelos russos.

Em uma visão mais otimista, a nova reforma da PAC aprovada em 2021 pelo Parlamento Europeu, surge com uma roupagem mais ecológica, preocupada com as medidas ambientais e com o fator social “prevendo sanções aos agricultores e a outros beneficiários que recebam pagamentos diretos caso estes não assegurem condições de trabalho adequadas.” (Parlamento Europeu, 2021). Entre os benefícios trazidos pela nova reforma da PAC, estão principalmente: o apoio às pequenas explorações agrícolas e aos jovens agricultores e Transparência e cumprimento das regras laborais. Isso é importante devido às antigas reformas da Política Agrícola Comum não terem esse viés ambientalista que a atual reforma possui.

Essa pesquisa será desenvolvida com base na metodologia de natureza aplicada, pois buscará entender a influência do conflito entre Ucrânia e Rússia na alimentação da comunidade europeia, além de gerar conhecimentos que mostrarão o Brasil como parte da solução da possível escassez de alimentos na Europa. Já o problema de pesquisa será trabalhado de forma qualitativa e interpretará a política implementada pela PAC, por meio de observação, compreensão e descrição do estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos desenvolvidos pelos países da União Europeia (UE) sobre a segurança alimentar de sua população.

A pesquisa bibliográfica e documental, serão métodos utilizados durante todo o processo de construção do trabalho, pois os estudos de documentos internacionais e textos provenientes de autores que discutem as questões voltadas à Política Agrícola Comum e a Segurança Alimentar no âmbito do continente europeu, bem como os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia sob esse aspecto deve ser amplamente explorado para ter êxito na atividade proposta.

Com isso, a Europa e principalmente os países que fazem parte da União Europeia, terão uma análise sobre a legislação da PAC e a guerra da Ucrânia, através dos relatórios gerados pela União Europeia e por revistas internacionais que trazem matérias sobre segurança alimentar. Assim, poderão proporcionar à comunidade europeia a oportunidade de passar por uma crise no sistema internacional, de forma amena e com a segurança alimentar garantida.

1 PROBLEMA DA FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

1.1. Política Agrícola Comum

A Política Agrícola Comum é uma medida criada em 1962 no bloco da atual União Europeia no contexto do pós Segunda Guerra Mundial em que países europeus se reuniram em cooperação para organizarem a recuperação econômica da Europa. Assim, deu-se a criação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e Aço) como primeira política de colaboração. A PAC existe para o favorecimento dos agricultores, pertencentes à união e aos seus países membros, e para garantir a segurança alimentar de toda a sua população. De acordo com o Conselho Europeu (2023), essa política é a mais antiga ainda em vigor na UE e consiste em um conjunto de leis que busca unificar o sistema agrícola da Europa. A sua regulamentação encontra-se no artigo 38º, nº 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e, de acordo com Oliver Costa (2020), a Política Agrícola Comum compõe o conjunto de mecanismos políticos internos que interferem na política externa da União e assim “fornecem à UE instrumentos adicionais para a sua ação de política externa e podem implicar estruturas contratuais e políticas.” (COSTA, 2020, p.213)

Para o Parlamento Europeu (2023) e para a Comissão Europeia, a PAC é definida como uma política que assegura a segurança alimentar e apoia a agricultura e seus agricultores, podendo ser considerada “uma das políticas internas mais proeminentes da UE” (COSTA, 2020, p.213), a qual apresenta grande implicação no contexto humanitário e econômico internacional.

O Conselho Europeu, dividiu a história da política em sete grandes fases: 1962, 1970, 1984, 1992, 1999, 2013 e 2021. Marcados pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, a criação da PAC foi a resposta para o restabelecimento da economia da Europa e desenvolvimento de um futuro unido, pois o contexto em que eles se encontravam era de baixa produção alimentar, condições de concorrência diferentes e difícil acesso aos alimentos. Os objetivos da política de desenvolvida em 1962, pode ser encontrada no Tratado sobre o Funcionamento da UE (consolidado): título III, artigos 38.º a 44.º relativos à agricultura e pescas, texto que apresenta incrementar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida justo aos agricultores, assegurar a segurança dos abastecimentos, estabilizar os mercados, estabelecer uma cadeia de abastecimento segura com preços razoáveis e harmonizar as regras de concorrência em todos os países (CONSELHO EUROPEU, 2023).

Entre a década de 70 até a década de 90, os principais marcos da história da PAC estavam relacionados ao mercado, aos rendimentos da produção e aos agricultores. Assim, em 1970 foi desenvolvido o plano Mansholt, a primeira reforma da PAC, a qual visava otimizar a superfície cultivada e fundir explorações agrícolas para criar unidades agrícolas maiores. Em 1984, a comunidade europeia passou a ser questionada pelo seu protecionismo excessivo, pois passou a executar planos de gestão de ofertas nos produtos agrícolas que eram exportados. A UE introduziu um sistema de quotas para produtos perecíveis, a fim de limitar a sobreprodução, segundo o Conselho Europeu (2023) “cada produtor passaria a receber uma quota correspondente à quantidade de alimentos que fosse autorizado a produzir e os agricultores que excedessem a quota seriam obrigados ao pagamento de uma taxa”. Na Europa de 1992, percebeu-se a necessidade de reformar o aparato legal da Política Agrícola Comum para beneficiar diretamente os agricultores da União Europeia, a fim de reduzir os custos e incentivar a melhora da qualidade dos alimentos e na proteção do ambiente. No final de 1990 o foco era o desenvolvimento da área rural, para que houvesse a ampliação dos postos de trabalho, além da garantia da coesão social para os agricultores.

A virada do século XX para o século XXI fez com que as preocupações referentes à produção agrícola fossem alteradas, o que pode ser observado a partir da ideia que o professor Costa descreve como “às implicações externas das políticas internas” (2020, p.212), pois em meados da década de 2000 a União Europeia tornou evidente a importância do vínculo entre suas políticas internas e externas como o componente da política externa da organização. Assim, o desafio encontrado era ser mais sustentável na utilização dos recursos naturais, assegurar o bem estar dos animais, se preocupar com as alterações climáticas e conseguir garantir a qualidade dos alimentos produzidos. Em 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu trabalharam unidos para a reforma da legislação, que tinha como objetivos principais

“ecologização dos pagamentos, tornando a agricultura mais sustentável; distribuição mais equitativa do apoio, limitando as verbas destinadas às grandes explorações agrícolas; apoio adicional para as pequenas explorações agrícolas através de uma melhor orientação do apoio ao rendimento; incentivos aos jovens para enveredarem por uma carreira na agricultura” (CONSELHO EUROPEU, 2023).

O último marco, pós 2020, tem foco nos desafios ambientais, nas alterações climáticas que vêm acontecendo no mundo, na qualidade dos produtos ofertados e na garantia de boas condições de trabalho. Com isso, a reforma busca dar mais autonomia aos Estados membros do tratado, para que cada um elabore estratégias regionais de desenvolvimento sustentável e possam gerar mais comprometimento dos agentes para seguirem os objetivos gerais da UE. Assim, a PAC passa a utilizar requisitos ecológicos para o envio de subsídios para a produção,

recompensa aquelas ações que são melhores para o meio ambiente e para o consumidor. No mais, as últimas reformas da Política Agrícola Comum lhe deram também, um caráter orientado para o mercado. O diretor do Departamento de Estudos de Política e Governança Europeia, do Colégio da Europa, o professor Oliver Costa, por exemplo, mostra em seu livro (2020, p.213) que após a introdução no arcabouço legal as indicações geográficas para identificar produtos de qualidade, a União igualmente tem incluído seções voltadas para os acordos de livre comércio, que apresentam a finalidade de “estabelecer uma lista de indicações geográficas agrícolas mutuamente reconhecidas e protegidas pela União e por países terceiros. Esses produtos incluem não apenas alimentos, mas também vinhos e bebidas alcoólicas, como o brasileiro Vale dos Vinhedos.” (COSTA, 2020, p.213)

Apesar de suas mudanças ao longo dos anos, a Política Agrícola Comum tem funcionado com base em dois pilares e três domínios de ação, os quais geram também, os objetivos específicos da política. O primeiro pilar é composto por *medidas de mercado e apoio direto*. As *medidas* são marcadas pela legislação da Organização Comum dos Mercados (OCM) dos produtos agrícolas, “A OCM inclui uma série de mecanismos que regulamentam a produção e o comércio destes produtos no seio da União. Estes mecanismos oferecem garantias que variam consoante as características específicas dos produtos em questão.” (PARLAMENTO EUROPEU, 2022). A organização aborda assuntos relativos ao comércio interno e externo, normas aplicáveis à estatais e a empresas, medidas de prevenção a flutuação dos preços e apoio em casos de desconfiança do consumidor ou pragas na produção, assim a OCM “facilita o bom funcionamento do mercado único, a OCM assegura a diversidade, a disponibilidade, e a segurança dos produtos agrícolas, bem como a acessibilidade dos preços.”(CONSELHO EUROPEU, 2023).

Já o *apoio direto* está relacionado aos produtores e ao pagamento de subsídios para a manutenção dos terrenos agricultáveis, ou seja, os agricultores cumprem as normas descritas no Regulamento (UE) n.º 1307/2013 e recebem o pagamento referente ao que cumpriu, a depender do Estado que se encontra. Existem assim, de acordo com o Parlamento Europeu, alguns elementos considerados nessa etapa, para que o pagamento seja efetuado, que são: 1) Pagamento simplificado por superfície (obrigatório); 2) Redistribuição dos pagamentos de base; 3) Jovens agricultores (obrigatório); 4) Ecologização (obrigatório); 5) Pagamentos não dissociados; 6) Zonas naturais; 7) Agricultores ativos (obrigatório); 8) Pequenos agricultores; 9) Condicionalidade (obrigatória); 10) Disciplina orçamental e financeira (obrigatório); 11) Sistema integrado de gestão e de controlo (obrigatório).

O segundo pilar foca no *desenvolvimento rural*, fato que representa grande importância para a comunidade europeia contemporânea, pois passam a priorizar a qualidade de vida no campo e a buscar a evolução das áreas agricultáveis, expandindo a modernização para as regiões agrícolas através de recursos, tecnologia e inovações.

“[...] a política de desenvolvimento rural da União visa apoiar as zonas rurais da União e enfrentar os muitos desafios económicos, ambientais e sociais do século XXI. Um maior grau de flexibilidade (em comparação com o primeiro pilar) permite que as autoridades regionais, nacionais e locais elaborem os seus próprios programas plurianuais de desenvolvimento rural a partir de um conjunto de medidas europeias. Ao contrário do primeiro pilar, que é inteiramente financiado pela UE, os programas do segundo pilar são cofinanciados por fundos da UE e por fundos regionais ou nacionais.” (PARLAMENTO EUROPEU, 2022)

Essas ações, são executadas a partir do financiamento e investimento, técnico e financeiro, da UE e dos Estados-Membros que desenvolvem fundos monetários específicos para auxílio da produção agrícola. Durante 2014-2020 foram destinados pela União Europeia para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, fundo mais utilizado pelos agentes europeus, cerca de 100 mil milhões de euros para o desenvolvimento rural, mais o montante de 61 milhões de EUR dos Estados-Membros. Segundo o PE, os Estados que foram beneficiados pelo FEADER foram a França com 11,4 mil milhões de euros; a Itália com 10,4 mil milhões; a Alemanha que utilizou 9,4 mil milhões e a Polónia com 8,7 mil milhões. (PARLAMENTO EUROPEU, 2022)

Com isso, a PAC promove, através de seu aparato burocrático, a melhora na qualidade de vida dos europeus ao focar seus mecanismos de apoio às zonas rurais. A implementação, por exemplo, através de serviços básicos como investimentos na conectividade e na proteção do meio ambiente, fomenta o crescimento sustentável. Contudo, um dos índices mais significativos para mostrar a qualidade de uma população é o nível de segurança alimentar que apresentam e a ausência da fome entre o povo, por isso se faz cada vez mais importante, assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola.

1.2. Segurança Alimentar e a Fome

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) apresenta-se como conceito bastante abrangente e de natureza interdisciplinar, o qual diz respeito a questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

No sistema internacional, a Segurança Alimentar é tratada a partir da Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, que aconteceu em novembro de 1996 em Roma. A reunião promovida pelas Nações Unidas, a qual desenvolveu a declaração, tinha como objetivo reafirmar “o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome.” (FAO, 1996). Os chefes de Estado e de Governo, no documento, elaboraram as bases para a criação de políticas alimentares, as quais são aplicadas de maneira específicas conforme cada realidade, e identificaram a necessidade da cooperação internacional e regional para gerar soluções acerca do tópico. Uma dessas bases foi o estabelecimento de quando pode-se afirmar que há segurança alimentar de um determinado conjunto de pessoas, que define-se como “quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã” (FAO, 1996, art.1)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em 2022, identificou as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar, as quais são apresentadas como aquelas que “não têm acesso regular a alimentos seguros e nutritivos suficientes para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável”. Além disso, apontaram possíveis causas para a insegurança alimentar que ocorre “devido à indisponibilidade de alimentos e/ou falta de recursos para obter alimentos”. (FAO, 2022 - tradução livre). Segundo a FAO, a insegurança alimentar pode ser experimentada em diferentes níveis de gravidade, as quais passam por: segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e severa, e essas informações são obtidas a partir da “Escala de Experiência em Insegurança Alimentar (FIES) mostrada abaixo” (FAO, 2022 - tradução livre)

Já a definição brasileira de SAN encontra-se na Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006, decorrente do documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), em que é definida como a realização do:

“direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, económica e ambientalmente sustentáveis.” (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Ainda de acordo com as autoras, quando tratamos de um contexto brasileiro em relação a SAN, o cenário se torna difícil de se abordar. Ainda mais levando em consideração que cada área de conhecimento envolvida, como economia, direito, agricultura, educação, saúde,

nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, já que cada uma dessas áreas tem suas próprias características e detalhes a serem estudados ao se utilizar o conceito de Segurança Alimentar.

Desta forma, cada área de conhecimento adota uma análise teórica particular. Entretanto, esses marcos conceituais e disciplinares, bem como seus indicadores, tomados isoladamente, não são suficientes para a compreensão integral do problema. Por sua vez, a definição de Segurança Alimentar e Nutricional na União Europeia é expressada em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequados para toda a população, de todas as classes sociais, sem excluir, do âmbito de ações requisitadas, as classes menos carentes.

Para Patrícia Nasser de Carvalho (2016), a Política Agrícola Comum da União Europeia, que tem suas origens ligadas à segurança alimentar da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial, é um dos mais importantes símbolos do processo de integração regional europeu. A autora aponta para a característica protecionista da PAC, ao observar que muitos dos seus aspectos positivos, que colocam a UE na posição de maior exportador líquido mundial de bens agroalimentares, mantêm a política agrícola comercial firme na defesa do protecionismo e a PAC como uma política preocupada com a garantia da segurança alimentar no continente. Os elementos citados são considerados positivos no âmbito da integração regional europeia. Mas existe também um lado controverso ligado ao privilégio dos interesses da classe de produtores rurais pela manutenção do seu nível de renda, em especial alguns dos Estados-membros da UE (CARVALHO, 2016).

De acordo com o Parlamento Europeu, em 2019, foram despendidos 38,2 mil milhões de euros em pagamentos diretos aos agricultores e 13,8 mil milhões de euros em desenvolvimento rural. Outros 2,4 mil milhões de euros serviram para apoiar o mercado dos produtos agrícolas. Esses investimentos podem ser considerados uma maneira de manter o protecionismo nos produtos disponíveis no mercado europeu. Quando aliados à política públicas, vemos que é possível estabelecer em lei a garantia de que os europeus terão alimentos de boa qualidade, pois seguem critérios rigorosos para isso:

‘[...] os consumidores (europeus) recebem um abastecimento coerente de alimentos seguros e produzidos de forma sustentável a preços acessíveis. As normas de segurança e qualidade aplicáveis na UE são das mais rigorosas do mundo. Este é um dos bens públicos que devemos à política agrícola comum (PAC) da UE’.
(CONSELHO EUROPEU)

Ademais, quanto aos dados sobre empregabilidade envolvendo a PAC, a indústria agrícola na Europa rendeu 9.476.600 empregos (2019) e 3.769.850 empregos na produção de alimentos (2018). Isso resultou, no ano de 2020, em 1,3% do produto interno bruto (PIB) da

União Europeia, ou seja, é possível perceber o impacto da política agrícola comum para o desenvolvimento humano, garantindo uma boa perspectiva de vida por meio da garantia da segurança alimentar, pois a população passa não só a ter acesso a alimentação, mas também terem condição de comprar alimentos de boa qualidade.

A UE tem o compromisso com o desenvolvimento de outras regiões do globo. Costa (2020) mostra que a “UE é o principal doador humanitário e de desenvolvimento em todo o mundo e, juntamente com os seus Estados-Membros, é responsável pelos maiores fundos dedicados ao desenvolvimento e à cooperação.” (COSTA, 2020, p.168) Todavia, o desafio atual que a Europa e o mundo enfrentam está diretamente relacionado à Guerra da Ucrânia. A guerra tem amplificado a crise alimentar global, pois incentiva a insegurança alimentar e a fome ao prejudicarem, principalmente os países de baixos rendimentos, com a não comercialização de produtos básicos para a alimentação, como o trigo. De acordo com a Comissão Europeia, “[...] Os custos ao longo de toda a cadeia de abastecimento alimentar aumentaram. Além disso, o aumento dos custos da energia e dos fertilizantes desestabilizou os mercados agrícolas e os fluxos comerciais”, logo, é possível inferir o grande risco, por exemplo, de não haver alimento disponível para os vizinhos da UE, como Norte da África e Oriente Médio.

A fome é uma consequência da crise alimentar atual. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2022) a “fome é uma sensação física desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de energia alimentar.” A FAO, em seu site, informa que essa situação pode ser cada vez mais agravada e se tornar crônico, quando a pessoa passa a não consumir quantidade de calorias (energia alimentar) de forma regular, pois as pessoas em situação de fome deixam de levar uma vida normal, ativa e saudável. Para aferir os dados da fome a Organização, utilizou durante décadas, o indicador de Prevalência de Desnutrição, a fim de ponderar a dimensão da fome no mundo, assim, “fome’ também pode ser referida como desnutrição”. (FAO, 2022 - tradução livre)

A ‘World Food Programme’ ou Programa Mundial de Alimentos, a maior agência humanitária do mundo, busca solucionar o problema da fome no mundo, que é o segundo objetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, por meio da distribuição de comida, ajuda nutricional aqueles que necessitam e incentivo a agricultura familiar. De acordo com a agência, atualmente existem aproximadamente 828 (oitocentos e vinte e oito) milhões de pessoas que vivem sem saber quando terão a sua próxima refeição e mais de 345 (trezentos e quarenta e cinco) pessoas, em 2023, que estão em situação de insegurança alimentar. Uma das razões para esse número crescente são os conflitos armados e as mudanças climáticas.

“Conflito ainda é o maior motor da fome, com setenta por cento das pessoas famintas vivendo em áreas afetadas pela guerra e pela violência. Os eventos na Ucrânia é uma prova de como o conflito alimenta a fome, forçando as pessoas a saírem de suas casas, acabando com as suas fontes de renda e destruindo a economia dos países” (World Food Programme, 2023 - tradução livre)

É perceptível que a guerra da Ucrânia, gerada pela invasão russa, provoca efeitos negativos em cadeia, os quais afetam toda a cadeia produtiva mundial e os seus consumidores. Cabe aos agentes internacionais, governamentais e não governamentais, a responsabilidade de buscar pelo fim do conflito e proporcionar alívio para famílias ucranianas. Fato que permitiria que o desenvolvimento cresça e transforme a vida daqueles que necessitam de ajuda, criando caminhos para a paz e estabilidade no sistema internacional.

2 O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA E OS EFEITOS NA PRODUÇÃO DOS GRANDES CENTROS AGRÍCOLAS

2.1. Conflito na Ucrânia

A Ucrânia e a Rússia, junto com a Bielorrússia, são compreendidos como os países eslavos orientais, um grupo de estados pertencentes ao leste europeu, os quais compartilham as mesmas origens socioculturais. A partir disso, é notório que a Federação Russa e a Ucrânia apresentam uma relação histórica e com várias nuances, sendo elas positivas e negativas. Exemplos de relações positivas, podemos citar o século IX, em que a Ucrânia era considerada a Rússia com capital em Kiev; e o século XVII ao século XX, que compreende o período de vigor do Império Russo, o território ucraniano era anexado à Rússia, época em que as regiões eram alinhadas politicamente e socialmente, isso é evidente quando vemos que 18% da população atual da Ucrânia tem origem russa.

Entretanto, desde a década de 90, as nuances negativas foram cada vez mais acentuadas. Um estudo da Escola Superior de Guerra (2022), evidenciou três principais motivos para a crise entre os dois Estados: a independência da Ucrânia, a anexação da Crimeia e a economia. Em 1991, a Ucrânia se tornou um Estado soberano com 90% de aprovação da população (ODEC, 2022), pois seus cidadãos eram ideologicamente divergentes desde 1922, quando parte da Ucrânia foi anexada à URSS e outra não. A parte econômica é relacionada à dependência ucraniana à exportação energética de gás natural da Rússia e a participação da Ucrânia na indústria de segurança e defesa dentro da União Soviética, “o Memorando de Budapeste, de 1994, pelo qual a Ucrânia transferiu todo o seu arsenal nuclear à Rússia em troca da promessa de sua integridade territorial ser respeitada por essa mesma Rússia, além de EUA e Grã Bretanha, de maneira inviolável.”(ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - MD, 2022), entretanto a partir de 2014 às relações comerciais foram destruídas e a soberania acordada com a Rússia foi completamente violada.

A anexação da Crimeia foi outro marco na história entre os países eslavos orientais, porque além da violação da soberania ucraniana, a Rússia revogou o ato diplomático de 1954, que cedia o território da Crimeia para a Ucrânia, além de perceber o incentivo à aproximação da UE com a Ucrânia.

No livro *The war in Ukraine's Donbass*, é enfatizado que a “derrubada do regime de Ianukovych, no final de fevereiro de 2014, reforçou as impressões de que Nacionalistas ucranianos estavam prestes a trazer o caos e a desordem para o Donbass, como bem como

oprimir a língua e o modo de vida dos moradores de Donbass”. (MARPLES, 2022. p.8 - tradução livre), ou seja, a saída de um governo pró-Rússia na gerência da Ucrânia, incentivou grande instabilidade da região fronteiriça entre os dois países, especificamente em Donbass. Além disso, fica evidente que organizações e políticos locais ucranianos que apoiavam um governo atrelado a Rússia estavam buscando “maior independência em relação ao novo governo em Kiev” (MARPLES, 2022. p.8 - tradução livre), fatos que incentivaram o surgimento de protestos na primavera de 2014 que polarizaram ainda mais a vida política no país.

De acordo com o estudo incentivado pela Escola Superior de Guerra (2022), a iminência de queda do governo pró-Rússia, fez com que Moscou percebesse que a UE e a OTAN poderiam se movimentar e organizar a integração do seu vizinho as instituições, desse modo o ato contínuo, acabou promovendo a invasão da região da Crimeia. Isso mostrou o desalinhamento do posicionamento político entre as duas nações e a possível perda de área de influência russa no leste europeu.

No âmbito interno, o desequilíbrio de posicionamento teve proporções devastadoras, pois além da intervenção militar russa nas cidades de Donetsk e Luhansk, houve o apoio local considerável aos separatistas armados - apoiados também pela Rússia - e “Esse apoio local foi consequência alógica da escalada da violência e da polarização da vida política” (MARPLES, 2022. p.8 - tradução livre). Outro aspecto neste contexto foi a disseminação de *fake news*, a análise proposta no livro Marples, apresenta uma oposição política conservadora que entende que “As mudanças geopolíticas radicais percebidas que vieram do Ianukovych e a derrubada do regime também alimentou uma variedade de rumores.” (2022, p.24 - tradução livre). Exemplos desses rumores se relacionam às mudanças nas políticas sexuais e a laços mais estreitos com a Europa Ocidental, os quais “ameaçavam a economia local, o ambiente e o futuro dos jovens.” (MARPLES, 2022. p.24 - tradução livre), fatos que atrelados, desencadearam o avanço do conflito e levaram à guerra.

Assim, a tomada da Crimeia foi resultado da tentativa de Vladimir Putin de evitar a aproximação da Ucrânia com a União Europeia, “estabelecendo a maior crise entre Oriente e Ocidente desde o fim da Guerra Fria” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2022, p.14). A invasão russa da Crimeia, também levou o governo da Ucrânia a mobilizar forças para uma possível guerra, “significava que a Ucrânia estava agora enviando suas forças para a fronteira russo-ucraniana no Donbass.” (MARPLES, 2022. p.24 e 25 - tradução livre).

Com isso, a partir de 2014, as tensões na região foram cada vez mais intensificadas, um grande exemplo é a eleição de Volodymyr Zelensky em 2019. O presidente foi eleito com base

no discurso anticorrupção e anti concentração de poder na gestão do Estado. Zelensky recebeu, “um forte mandato para cumprir sua plataforma eleitoral, que visava melhorar a situação econômica e pondo fim a o conflito de Donbass.” (MARPLES, 2022. p.1 - tradução livre). Além disso, houve o ataque russo a embarcações da OTAN em 2021, essa ação tinha como objetivo expulsar a ajuda da União Europeia à Ucrânia e dificultar os acordos entre os dois agentes internacionais.

Tendo em vista o contexto histórico apresentado, atualmente, vivemos em uma sociedade que enfrenta o problema do conflito armado entre Rússia e Ucrânia, o qual teve início em 24 de Fevereiro de 2022 e que não tem data para acabar, pois de acordo com o presidente Putin, a guerra “[...] será vencida "aconteça o que acontecer” (FINANCIAL TIMES, 2022). O conflito já dura um ano e quatro meses e foi iniciado pela Federação Russa que, assim como a ucraniana em 2014, começou o deslocamento de tropas e a invasão pela fronteira com as cidades de Donetsk e Luhansk em 2022, cidades que são reconhecidas pela Federação como repúblicas independentes. Segundo o jornal da CNN, até hoje a região sofre com o domínio dos separatistas, que com o apoio Russo, se consideram repúblicas.

“As áreas controladas pelos separatistas em Donbass ficaram conhecidas como Luhansk e República Popular de Donetsk, mas o governo ucraniano em Kiev afirma que as duas regiões estão, na verdade, ocupadas pelos russos. As repúblicas autodeclaradas não são reconhecidas por nenhum governo, exceto a Rússia e seu aliado próximo, a Síria.” (CNN, 2022)

Desde então, as investidas acontecem a todo momento e as consequências humanitárias são cada vez piores. Segundo os dados coletados pelo ACNUR, até dia 16 de maio de 2023, já são 8.240,289 (oito milhões, duzentos e quarenta mil e duzentas e oitenta e nove) refugiados Ucranianos espalhados por toda Europa. Além disso, é importante ressaltar o fato de que “mais de 14 mil pessoas morreram no conflito em Donbass entre 2014 e a invasão da Ucrânia pela Rússia no final de fevereiro de 2022.” (CNN, 2022), ou seja, o número de afetados pelo conflito na região vem escalonado desde 2014, causando devastação na Ucrânia, principalmente nas áreas fronteiriças. De acordo com a matéria da CNN (2022) a Ucrânia informou que “1,5 milhão de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas durante esse período, com a maioria permanecendo nas áreas de Donbass que ainda estavam sob controle ucraniano e cerca de 200 mil se reassentando na região mais ampla de Kiev.”

A Europa ocidental, tem exercido papel importante no desenvolvimento desse conflito. Os países que compõem esse conjunto de Estados têm adotado, desde 2022, um posicionamento que condena a ação promovida pela Rússia contra o território ucraniano, pois é de entendimento coletivo que “Os russos usaram o terror sistemático dirigido a civis” (BARANOWSKI, 2023,

p.230 - tradução livre), tanto na Crimeia - em 2014, em Donbass (2014 - presente) e durante a guerra em curso, por exemplo, nos subúrbios de Kiev (Baranowski, 2023). A Europa, assim, exerce a função de alavancar as condições de resistência da Ucrânia perante os ataques russos. É possível notar o posicionamento europeu perante a ofensiva da Federação Russa através, por exemplo, da “Reunião extraordinária do Conselho Europeu” que vem gerando decisões e conclusões acerca desse assunto, a qual, em maio de 2022, informou que:

“O Conselho Europeu condena firmemente a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O Conselho Europeu insta a Rússia a cessar imediatamente os seus ataques indiscriminados contra civis e infraestruturas civis e a retirar, imediata e incondicionalmente, todas as suas tropas e equipamento militar de todo o território da Ucrânia dentro das fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas. As atrocidades que estão a ser cometidas pelas forças russas e o sofrimento e a destruição infligidos são indizíveis. O Conselho Europeu apela à Rússia para que permita um acesso humanitário imediato e a passagem segura de todos os civis em causa. O Conselho Europeu espera que o direito internacional humanitário, incluindo a Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, seja plenamente respeitado.” (CONSELHO EUROPEU, 2022)

A perspectiva da União Europeia, assim, responsabiliza a Rússia tanto pela invasão quanto pelas consequências globais, humanitárias e econômicas, da agressão, de acordo com o Conselho Europeu (2022) a “Rússia é a única responsável pela crise mundial de segurança alimentar causada pela sua guerra de agressão não provocada e injustificada contra a Ucrânianos”. Os efeitos econômicos estão ligados à crise na distribuição e consumo de energia e na produção agrícola, já os humanitários estão atrelados, principalmente, à segurança alimentar. A Comissão Europeia afirma que eles "continuarão a dar resposta à crise mundial de segurança alimentar e a apoiar o fornecimento atempado e estável de produtos agrícolas ucranianos aos mercados mundiais.” (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

Foi estabelecida, em Reunião do Conselho, o parecer específico sobre a preocupação com a insegurança alimentar provocada pelo conflito.

“O Conselho Europeu condena firmemente a destruição e a apropriação ilegal pela Rússia da produção agrícola na Ucrânia. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia está a ter um impacto direto na segurança alimentar e na comportabilidade dos preços dos alimentos a nível mundial. O Conselho Europeu exorta a Rússia a pôr termo aos seus ataques a infraestruturas de transporte na Ucrânia, a levantar o bloqueio dos portos ucranianos do mar Negro e a permitir as exportações de alimentos, em especial a partir de Odessa. A União Europeia está a tomar ativamente medidas para facilitar as exportações de produtos agrícolas da Ucrânia e apoiar o setor agrícola do país, tendo em vista a campanha de 2022. A este respeito, o Conselho Europeu convida os Estados-Membros a acelerarem os trabalhos sobre os "corredores solidários" propostos pela Comissão e a facilitarem as exportações de alimentos da Ucrânia por diferentes rotas terrestres e portos da UE”. (CONSELHO EUROPEU, 2022)

Assim, conforme decisão da União Europeia, o ocidente quer garantir que os problemas e as crises geradas pela Rússia sejam sanados o mais rápido possível e se pronunciaram:

“A União Europeia continuará a apoiar o Governo ucraniano para fazer face às suas necessidades urgentes de liquidez, juntamente com os seus parceiros do G7. A União Europeia reconhece o apoio anunciado no contexto do G7. A União Europeia está pronta a conceder à Ucrânia uma nova assistência macrofinanceira excepcional que poderá ascender a nove mil milhões de euros no ano de 2022. Neste contexto, o Conselho Europeu apela a que a proposta da Comissão seja analisada logo após a sua apresentação.” (CONSELHO EUROPEU, 2022)

Dessa forma, pode-se perceber que além de apoiar Ucrânia, em todos os âmbitos diplomáticos, a demonstração de apoio da UE ao país que tem sofrido agressão foi e continua sendo uma constante.

2.2. Produção agrícola mundial e a guerra na Ucrânia

A Europa apresenta muitos países desenvolvidos em seu continente e esse fato está atrelado ao desenvolvimento industrial e econômico da região. As guerras mundiais, reforçaram a necessidade de incentivar a produção agrícola em todos os países, principalmente da UE, a fim de que crises alimentares fossem extintas e que o desempenho econômico europeu tivesse melhores condições e maior participação agrícola. Entretanto, existem países que se sobressaem uns aos outros por conta de sua extensão territorial, que proporciona a países como a Rússia e a Ucrânia, maior oportunidade de cultivar commodities. Isso torna a Ucrânia o “celeiro da Europa, é um dos principais produtores e exportadores mundiais de produtos agroalimentares. É o quinto maior exportador mundial de trigo e o quarto no que respeita ao milho.”, considerada assim pelo Conselho Europeu (2022).

A guerra incentivada pela Rússia, assim, impacta diretamente o setor primário da Ucrânia. Conseqüentemente, a produção ucraniana, a qual tem foco em produtos alimentares de base, como trigo e milho, que de acordo com o Conselho Europeu (2023), contribuem diretamente na segurança alimentar de regiões mais desfavorecidas do mundo. Dados analisados entre 2016 e 2021, cerca de 90% das exportações de trigo, por exemplo, tiveram como destino regiões da África e da Ásia. Organizações, como a PMA, também mostram a importância dos dois países envolvidos no conflito, para a oscilação na balança comercial dos alimentos no mundo

“O conflito na Ucrânia - um dos maiores celeiros do mundo - está agravando aquilo que já era um ano de fome catastrófica. Ucrânia e Rússia juntas fornecem 30% (trinta

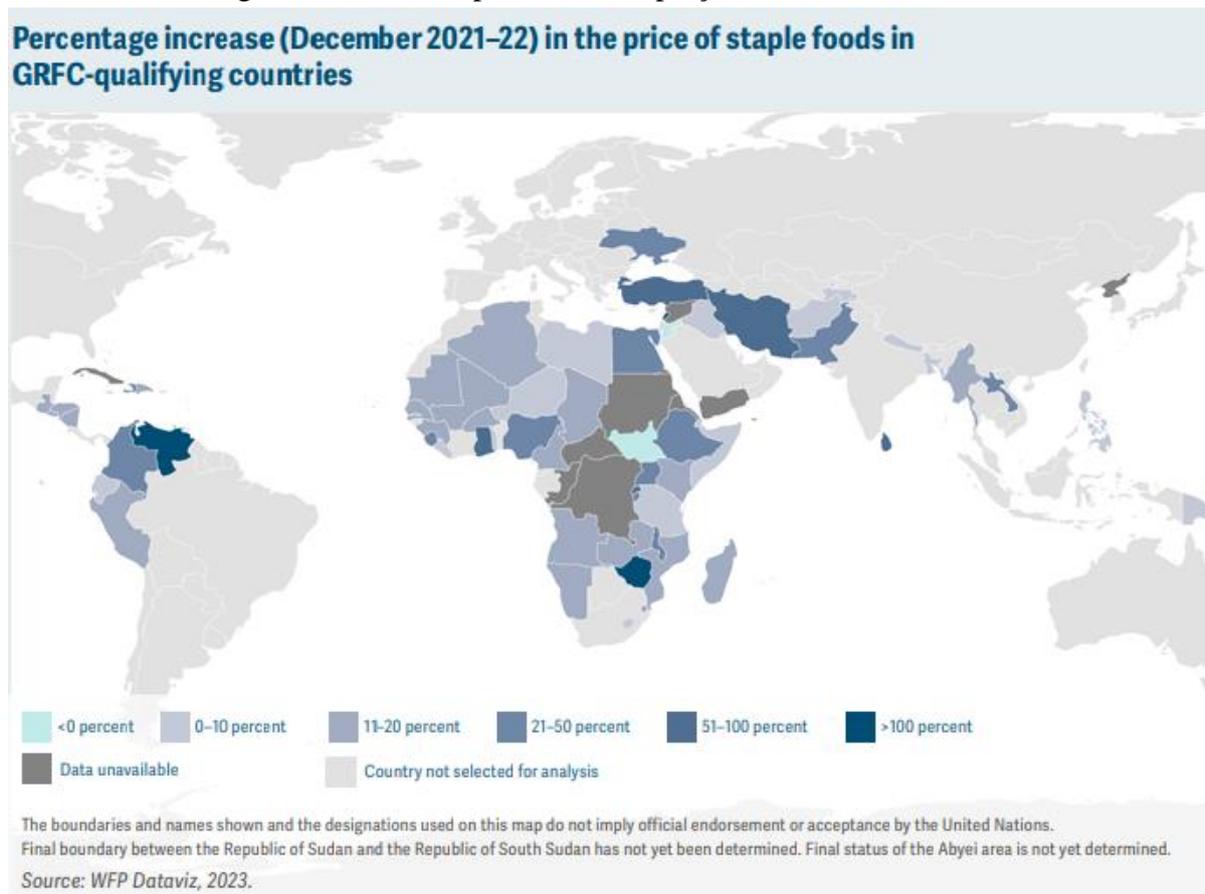
por cento) do trigo comercializado globalmente, 20% (vinte por cento) do milho e 70% (setenta) do fornecimento de girassol. A escassez na oferta de suprimentos para exportação está elevando os preços, deixando os países dependentes de importação com contas de importação mais altas - ou menos alimentos para comer “. (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS - tradução livre)

Apesar das tentativas da UE e da PAC de se atingir um nível alto de distribuição alimentar na Europa. Se torna difícil alcançar esse objetivo dado as decisões tomadas pela Rússia, que não faz parte da União, mas que acabam causando efeito principalmente regionalmente e nos países que possuem ou possuíam relações comerciais com a Rússia. O próprio presidente, Vladimir Putin, já declarou que será mais prudente em relação à exportação de alimentos para aqueles países que demonstrarem hostilidade em frente à Rússia ou mesmo sinalizarem qualquer tipo de apoio à Ucrânia. De acordo com a Interfax, “durante o último ano agrícola que terminou em 30 de junho de 2021, a Rússia exportou 49 milhões de toneladas de grãos, incluindo 38,4 milhões de toneladas de trigo”. O que evidencia ainda mais a autossuficiência russa e a liberdade para escolher exportar ou não para outros países.

O Relatório Global sobre a Crise de Alimentos de 2023, incentivado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, analisou o impacto da guerra no comércio internacional. De acordo com o relatório, é notório que a Federação Russa e a Ucrânia eram “grandes fornecedores de commodities agrícolas, exportando cerca de um quarto do trigo e cevada do mundo, e mais de dois terços do seu óleo de girassol” (GRFC, 2023, p.13), ou seja, o conflito entre as partes tem causado desequilíbrio no sistema econômico internacional. Além disso, o GRFC elenca fatores como “A guerra, o subsequente fechamento dos portos ucranianos do Mar Negro e o aumento das políticas comerciais protecionistas” (2023, p.13) causadores de uma brusca contração na oferta global de produtos básicos, fato que fez com que os preços dos alimentos subissem além de sua alta pré-guerra (contexto da COVID-19).

A fim de exemplificar, a Figura 1 (GRFC, 2023, p.13), mostra o aumento percentual do preço dos alimentos básicos em todas as regiões do globo, as quais são afetadas pelo conflito no leste europeu independente da quantidade do aumento.

Figura 1 - Aumento percentual no preço dos alimentos básicos



Fonte: Relatório Global sobre a Crise de Alimentos, 2023, p.13

Outro fator atrelado a perspectiva da produção agrícola e o impacto da guerra é o comércio de fertilizantes. Esse produto é de extrema importância para a agricultura, pois de acordo com a Forbes (FORBES AGRO, 2022) ele é responsável por providenciar e garantir os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento de plantas, o que torna então um aliado valioso aos produtores rurais, de todo o mundo, que buscam aumentar a produtividade em suas lavouras. A revista (2022) aponta que segundo a Embrapa, o Brasil por exemplo apresenta o consumo de 43 milhões de toneladas de fertilizantes, os quais são principalmente utilizados no cultivo das commodities, como cana-de-açúcar, soja e milho. Porém, não possuem produção própria de fertilizantes, fazendo com que 85% do consumo brasileiro seja de origem externa. Esse, entretanto, é apenas um exemplo dentre os países pertencentes ao sistema internacional, que dependem do comércio dos fertilizantes para manterem suas plantações.

No contexto internacional atual, conforme o Programa Mundial de Alimentos (tradução livre, 2023) a “Rússia é um dos fornecedores mais importantes dos três principais grupos de fertilizantes”, ou seja, ela tem grande poder de interferir na compra e venda de commodities. Assim, o conflito com a Ucrânia foi transformando em um fator determinante para estabelecer

a média de preços comerciais dos produtos exportados, o PMA alertou para o fato de que “Os preços dos fertilizantes estão crescendo a níveis recorde, o que vai afetar significativamente as habilidades dos países de cultivar alimentos, aumentando a insegurança alimentar muito mais do que em 2022.” (tradução livre, 2023). Já o Conselho Europeu, reconheceu, em 2022, a escassez de adubos no mercado mundial e buscou enfatizar que a atitude agressiva russa ampliava os impactos da falta de fertilizantes e em uma de suas reuniões estabeleceu que a UE faria “esforços mais concertados para trabalhar com os parceiros internacionais no sentido de promover uma utilização mais eficiente dos adubos, bem como alternativas aos mesmos.”

Assim como os fertilizantes, a FAO, no Relatório Global sobre a Crise de Alimentos de 2022, apresenta a “logística interrompida no Mar Negro e os altos custos de seguro e combustível” (2022, p.66 - tradução livre) como fatores contribuem com o aumento dos preços globais dos alimentos. A Organização entende também que “Todos os países importadores líquidos, independentemente de sua fonte de alimentos, provavelmente enfrentarão altas contas de importação de alimentos”. Isso acontece, pois, a guerra russo-ucraniana provoca o enfraquecimento da atividade econômica, a qual apresenta como consequência a queda no valor internacional da moeda Russa, o rublo, o que deve provocar a redução de “importantes fluxos de remessas para a Ásia Central” (FAO, 2022, p.66 - tradução livre). Apesar dos preços de fertilizantes, alimentos e energia começarem a recuar em meados de 2022, o custo permanece acima dos níveis de 2019, mesmo com a redução nas exportações de commodities da Federação Russa e da Ucrânia. Segundo a GRFC o déficit causado foi “parcialmente compensado pelas exportações de países como Argentina, Austrália, Brasil, Reino Unido e Estado Unidos da América e a União Europeia” (2023, p.14 - tradução livre) assim como as políticas protecionistas de alguns países ajudaram a aliviar a pressão sobre os preços das matérias-primas.

Com isso, a repercussão econômica da guerra da Ucrânia não atinge somente os países em desenvolvimento, envolve também os países desenvolvidos que compõem, por exemplo, a União Europeia, pois preocupação com o fim da guerra e a garantia da qualidade de vida se mostra como um motor para o desenvolvimento de melhorias efetivas e de reformulações nos aparatos legais das instituições internacionais. A Europa ocidental aproveita esse movimento, mesmo não sentindo a crise alimentar através da sua população, e promove políticas de desenvolvimento rural por meio da Política Agrícola Comum, com isso, é possível criar possibilidades que promovem a atividade agrícola, assegurem a qualidade de vida das pessoas e que proporcionem aos agricultores oportunidade de se firmarem no mercado.

De acordo com a Comissão Europeia, desde 2018 o projeto para a execução da PAC 2023-2027 estava tramitando no Parlamento Europeu, a atualização na política foi aprovada no final de 2021 e começou a vigorar em janeiro de 2023 e essa versão busca, viabilizar a agricultura sustentável, cumprindo com o Pacto Ecológico Europeu. Os principais pontos da PAC, foram agrupados pela Comissão Europeia (2023) em: garantir um rendimento justo aos agricultores; aumentar a competitividade; melhorar a posição dos agricultores na cadeia alimentar; lutar contra as alterações climáticas; proteger o ambiente; preservar a paisagem e a biodiversidade; apoiar a renovação geracional; promover zonas rurais dinâmicas; proteger a qualidade na alimentação e na saúde e fomentar o conhecimento e a inovação. Os objetivos serão conquistados a partir da elaboração individual, dos países membros, de planos estratégicos que são construídos a partir de pontos base dados feita pela Comissão e adaptados para cada realidade nacional.

"Enquanto isso, na Ucrânia, é estimado que um terço da população está em situação de insegurança alimentar" (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS - Tradução livre, 2023). Isso se reflete ao fato de que mesmo a Ucrânia sendo um país Europeu, a PAC não se aplica a ela e não consegue abranger as demandas atuais da Ucrânia dentro da legislação da política. Entretanto, a aplicação da PAC 2023-2027 nos países da UE pode gerar um efeito em cadeia para toda a Europa, quando pensamos que o desenvolvimento dos países-membros incentiva acordos de cooperação de maior qualidade, a fim de proporcionar segurança para os ucranianos. Organizações internacionais como a PMA, procuram expandir-se e "para ajudar 5 milhões de pessoas a cada mês por meio de dinheiro multiuso e ajuda alimentar imediata" (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS - tradução livre.2023)

3 POSSÍVEIS SOLUÇÕES, A INTERDEPENDÊNCIA E O PAPEL DO BRASIL

Em face às condições mundiais atuais é importante observar que, mesmo o fim da Guerra na Ucrânia sendo a principal pauta de política externa da União Europeia, a sua relação com o restante do mundo e com os temas atrelados não foram pausados. O contexto de crise humanitária ainda, pode ser observado em 2022, quando o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, durante a Cimeira sobre Segurança Alimentar, afirmou que:

A segurança alimentar é o principal desafio a nível mundial. A atual crise alimentar mundial está a ser exacerbada pela guerra da Rússia contra a Ucrânia. O espectro da fome paira em muitas partes do mundo e chegou o momento de todos nós traduzirmos os nossos compromissos políticos em ações concretas.” (CONSELHO EUROPEU, 2022)”

Pensando nisso, é interessante notar a força das ideias de Joseph Nye e de Robert Keohane no contexto da segurança alimentar mundial. Pois, dissertam sobre a relevância que a cooperação internacional exerce na construção de uma sociedade interdependente, a qual busca o desenvolvimento, a paz e a segurança dos indivíduos globais.

Os livros *Power and Interdependence* e *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*, são literaturas que se completam, pois tratam da perspectiva teórica da interdependência, da cooperação internacional e de suas nuances. Para os autores, a dependência é estar em uma posição em que o objeto em análise pode ser afetado e ou está sujeito a forças externas. A partir disso, é possível definir a *interdependência*, como “dependência mútua”, que aplicada na política mundial “refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 1, p.7 - tradução livre). No sistema internacional os agentes estão interligados e por isso sofrem as consequências das escolhas dos outros agentes, independente da proporção e da situação que se encontrarem após as ações. Joseph e Robert, vão dizer que a:

“perspectiva implica que as relações de interdependência sempre envolverão custos, uma vez que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar a priori se os benefícios de uma relação excederão os custos. Isso dependerá dos valores dos atores, bem como da natureza da relação. Nada garante que as relações que designamos como "interdependentes" serão caracterizadas pelo benefício mútuo.” (KEOHANE; NYE, 1989, cap.1, p.8 - tradução livre)

Assim, a interdependência se refere a uma condição, um estado em que as coisas se encontram e “pode estar aumentando, [...] ou pode diminuir” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 10, p.225 - tradução livre). A Interdependência complexa tem três principais características:

“1. Múltiplos canais conectam as sociedades, incluindo: laços informais entre elites governamentais, bem como arranjos formais de escritórios estrangeiros; vínculos informais entre elites não-governamentais (presenciais e por meio de telecomunicações); e organizações transnacionais (como bancos ou corporações multinacionais). Esses canais podem ser resumidos em relações interestaduais, transgovernamentais e transnacionais. As relações interestaduais são os canais normais assumidos pelos realistas. A transgovernamental aplica-se quando relaxamos o pressuposto realista de que os Estados agem coerentemente como unidades; A transnacionalidade aplica-se quando relaxamos o pressuposto de que os Estados são as únicas unidades.

2. A agenda das relações interestaduais consiste em múltiplas questões que não estão dispostas em uma hierarquia clara ou consistente. Essa ausência de hierarquia entre as questões significa, entre outras coisas, que a segurança militar não domina consistentemente a agenda. Muitas questões surgem do que costumava ser considerado política interna, e a distinção entre questões internas e externas torna-se borrada. Essas questões são consideradas em vários departamentos governamentais (não apenas em escritórios estrangeiros) e em vários níveis. Uma coordenação inadequada das políticas nestas questões implica custos significativos. Diferentes questões geram diferentes coalizões, tanto dentro dos governos quanto entre eles, e envolvem diferentes graus de conflito.

3. A força militar não é usada pelos governos em relação a outros governos da região, ou nas questões, quando prevalece a interdependência complexa. Pode, no entanto, ser importante nas relações desses governos com governos fora dessa região, ou em outras questões. A força militar poderia, por exemplo, ser irrelevante para resolver divergências sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas ao mesmo tempo ser muito importante para as relações políticas e militares dessa aliança com um bloco rival. Para as relações anteriores, essa condição de interdependência complexa estaria suprida.”

(KEOHANE; NYE, 1989, cap. 2, p.20-21 - tradução livre)

Pensar em um mundo interdependente, é procurar um modelo que melhor compreenda a complexidade do século XXI. No livro *Power and Interdependence* há a máxima de que “a interdependência complexa não é uma descrição do mundo, mas sim um “tipo ideal” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 10, p.242 - tradução livre) de análise, ou seja, é a forma de observação e conceituação imaginária que mais se aproxima da realidade

“É, no entanto, um tipo ideal que corresponde cada vez mais à realidade em muitas partes do mundo, mesmo a distâncias transcontinentais— isso corresponde mais de perto do que imagens obsoletas da política mundial como simplesmente aquelas relações entre Estados que giram em torno da força e da segurança” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 10, p.242 - tradução livre).

Nye indica que a teoria da “interdependência complexa é um experimento racional que nos permite imaginar um tipo de política mundial diferente” (2009, cap. 7, p.264) da teoria realista. Nela os Estados não são os únicos atores, o exercício do poder militar não é o principal e a segurança

“Podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) os estados não são os únicos protagonistas importantes - protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras de estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento

importante - a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais são instrumentos dominantes; e 3) a segurança não é meta dominante - a guerra é a meta dominantes. Podemos rotular esse mundo antirrealia de *interdependência complexa*.” (NYE, 2009, cap. 7, p.264)

A luz da guerra da Ucrânia e a crise alimentar, observa-se que o fato da UE incentivar práticas que diminuam os efeitos da guerra nos países-membros e em todos os países do globo, é um exemplo da aplicação da interdependência complexa, que se apresenta como a política “em que o globalismo econômico, ambiental e social é alto, e o globalismo militar baixo” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 10, p.241 - tradução livre). Com isso, Keohane e Nye entendem de forma coerente que “podemos esperar que as agendas sejam afetadas pelos problemas internacionais e domésticos criados pelo crescimento econômico e pela crescente interdependência de sensibilidade” (KEOHANE; NYE, 1989, cap. 2, p.27 - tradução livre). Isso implica que todos os agentes do sistema vão sentir - mais ou menos - os impactos - positivos ou negativos - uns dos outros.

“os custos da interdependência podem envolver uma sensibilidade a curto prazo ou uma vulnerabilidade a longo prazo. *Sensibilidade* refere-se à quantidade e ao ritmo dos efeitos da dependência. [...] *Vulnerabilidade* refere-se aos custos relativos de mudar a estrutura de um sistema de interdependência. É o custo de escapar de um sistema ou de mudar as regras do jogo” (NYE, 2009, cap. 7, p.254)

Assim, as relações de dependência mútua podem gerar bônus e ônus, a depender do Estado observado. Os benefícios podem ser expressos como *resultado zero* e *resultado diferente de zero*.

Em uma situação de resultado zero, sua perda é meu ganho e vice-versa. Em uma situação de *resultado positivo*, ambos ganhamos; em uma situação de resultado negativo, ambos perdemos. Dividir uma pizza é resultado zero, assar uma pizza maior é um resultado positivo e deixá-la no chão é um resultado negativo. Os aspectos tanto do resultado zero quanto do resultado diferente de zero estão presentes na dependência mútua.” (NYE, 2009, cap. 7, p.252)

Joseph Nye utiliza o exemplo de uma pizza, mas podemos utilizar a guerra e a segurança alimentar como objeto de análise: *resultado zero* seria quando há o fim da guerra por meio do poder militar e há o aumento da insegurança alimentar para a população de seu rival; *resultado positivo* há o fim do conflito armado através da negociação política e todas as partes envolvidas, incluindo as que não participam diretamente do confronto, buscarem soluções eficientes para os problemas humanitários gerados pela guerra; *resultado negativo* é a situação em que nos encontramos, pois o conflito está em vigor, há instabilidade do sistema internacional - economia e política - e cada dia há o aumento no números de refugiados e de pessoas que sofrem com a falta de alimento.

Essa perspectiva nos leva a pensar na realidade em que vivemos e em como podemos enxergar as movimentações políticas no sistema internacional, para que os interesses nacionais sejam cumpridos. Autores defendem que grande parte do desenvolvimento está atrelado a possibilidade que as pessoas têm de ter acesso a alimentação contínua e de qualidade, pois não é suficiente somente manter as pessoas vivas, é necessário que haja o cumprimento de um direito humano básico de bem se nutrir.

Com base nessa perspectiva, o Conselho Europeu (2023) estimula os Estados-Membros a trabalharem de maneira sincronizada, a fim de dar uma resposta à insegurança alimentar mundial. A União procura operar a partir de quatro aspectos principais: a) solidariedade e apoio à compatibilidade dos preços; b) reforço da produção sustentável; c) facilitação do comércio e principalmente o d) *multilateralismo*, pois a União Europeia está suscitando a nível global uma “abordagem específica das relações internacionais, focada na promoção do multilateralismo, na proteção dos direitos humanos” (COSTA, 2020, p.236).

O primeiro ponto, sobre a *solidariedade e apoio à compatibilidade dos preços* é garantido pela execução efetiva da PAC, pois essa política protecionista, a fim de proteger os produtores e os consumidores da União Europeia, adota a garantia de preços e de mercados, fixando os preços bem acima dos preços internacionais e apoiando os rendimentos dos agricultores.

O segundo aspecto sobre o *reforço da produção sustentável* também é posto em prática através da Política Agrícola Comum, que na reforma referente a 2023-2027 contempla o esforço de desenvolver a produção sustentável e a resiliência abordadas no Pacto Ecológico Europeu, além da transformação dos sistemas alimentares. O Conselho Europeu “sublinha a importância da política agrícola comum (PAC) no contributo da UE para a segurança alimentar e apela à rápida adoção dos planos estratégicos da PAC” e a Comissão Europeia afirma que a promoção da PAC é a melhor alternativa para proporcionar às pessoas melhor acesso a recursos naturais vitais.

Já o ponto três, *facilitação do comércio*, foca no comércio ucraniano e no apoio à exportação de produtos agrícolas por rotas diferentes para o comércio mundial. Como mostrado nos capítulos anteriores, a Ucrânia é considerada uma grande produtora de grãos, pois graças ao investimento da União, mesmo em meio a guerra a Ucrânia tem sido capaz de propor iniciativas como a “Grain from Ukraine” (cereais provenientes da Ucrânia) que, desde o final de novembro de 2022, contribui para a segurança alimentar mundial. Segundo o Conselho (2023) “a iniciativa permite às entidades participantes no projeto adquirir produtos agrícolas

aos produtores ucranianos e transferi-los para países em que as populações se encontram à beira da fome.”

A Organização Mundial do Comércio, age em consonância com a UE pois entende que o "comércio pode melhorar a disponibilidade de alimentos onde eles são escassos – e também pode melhorar o acesso econômico aos alimentos, criando empregos e aumentando a renda.” (WTO, 2023 - tradução livre). Essas ações comerciais são autorizadas segundo o Acordo sobre Facilitação do Comércio, desenvolvido em 2013, conforme previsto no § 7.1 do artigo 7º:

Cada Membro estabelecerá medidas adicionais de facilitação de comércio relacionadas a formalidades e procedimentos de importação, exportação, ou trânsito, nos termos do parágrafo 7.3, para os comerciantes que atendam a critérios específicos, doravante denominados operadores autorizados. Alternativamente, um Membro poderá oferecer tais medidas de facilitação do comércio por meio de procedimentos aduaneiros disponíveis de maneira geral a todos os operadores, e não estará obrigado a estabelecer um regime separado. (AFC, 2013, p.27)

Com isso, a facilitação do comércio entre as partes, atrelado a um “sistema comercial mais previsível” (WTO, 2023 - tradução livre), faz com que a segurança alimentar seja alcançada de forma efetiva, além de exercer influência no aumento da estabilidade na oferta de alimentos mundialmente

O último ponto trata do *multilateralismo* efetivo e o forte apoio ao papel central do Grupo da ONU de Resposta à Crise Mundial para coordenar os esforços mundiais entre os agentes internacionais, como governos e instituições não-governamentais para solucionar as controvérsias presentes na sociedade. Oliver Costa, em sua análise, afirma que “manter o multilateralismo foi e continuará a ser uma das principais prioridades da UE.” (2020, p.230), ação que nos últimos anos, tem feito com que a UE assuma a responsabilidade de “proteger e construir um sistema multilateral em um ambiente complicado, de acordo com a ideia central da governança global cooperativa.” (COSTA, 2020, p.230). O esforço entres os agentes mais concertados em trabalhar com os parceiros internacionais é enfatizado também pelo Programa Mundial de Alimento (2023) que afirma que a “crise global só será resolvida com um trabalho em grande escala, em parceria com governos e especialistas em sistemas alimentares”, além de solicitar a

ação coordenada para atender às necessidades humanitárias de emergência, promover uma abordagem multissetorial inclusiva e garantir que o comércio seja aberto, investir em soluções estratégicas de desenvolvimento e comprometer-se com soluções políticas.” (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS - tradução livre, 2023)

Tendo em vista a política externa da União Europeia, descrita no livro de Oliver (2020), é possível perceber que a relação com a América Latina é intensa e antiga, pois “a União é o

primeiro parceiro do Mercosul em termos de comércio e investimentos” (COSTA, 2020, p.205), além de que todos os acordos que envolvem os dois blocos representam “uma oportunidade única para as economias da UE e da América Latina à luz dos desafios que essas economias enfrentaram nos últimos anos” (COSTA, 2020, p.207). A República Federativa do Brasil, apoiado pela forte relação política e econômica entre as regiões, compartilha com a UE uma relação de longa que está “baseada em laços históricos e culturais, o que é exemplificado pelo fato de ter sido um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia na década de 1960” (COSTA, 2020, p.21)

O Brasil, assim, se enquadra como protagonista no contexto do multilateralismo pois é um dos maiores exportadores agrícolas mundiais. Ao analisar o ponto de vista político internacional, Costa (2020, p.27) entende que hoje há a clara ascensão de um mundo multipolar, em que muitas potências competem com o propósito de defender seus próprios interesses nos ambientes de disputa de poder e o Brasil é “um dos principais novos agentes dessa ordem, os benefícios da reaproximação mútua entre as duas partes devem, portanto, ser analisados sob as perspectivas bilateral e regional” (COSTA, 2020, p.28). Isso é notado ao verificarmos os dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento, que mostram informações sobre o desempenho da Safra de Grãos de 2022/2023 e os produtos agrícolas que mais cresceram até abril, os quais foram a soja e o milho, pois apresentaram aproximadamente 23% e 8% de crescimento, respectivamente.

Outro exemplo dessa cooperação regional é o Acordo firmado entre União Europeia e Mercosul:

“O ano de 2019 marcou uma nova etapa de desenvolvimento nas relações UE-Brasil. Após 20 anos de negociações, os líderes dos quatro países do Mercosul, por um lado, e a União Europeia, representada pela Comissão Europeia, por outro, chegaram a um entendimento sobre um acordo de livre comércio altamente abrangente. Com o objetivo de criar gradualmente um mercado único de bens e serviços, o acordo, se ratificado por todas as partes, deverá se tornar um dos mais abrangentes já negociados pela UE em termos de potencial econômico” (COSTA, 2020, p.23)

De acordo com a CONAB (2023), calcula-se “crescimento de 15,2% ou 41,4 milhões de toneladas sobre a safra anterior”, isso significa que após a pesquisa feita em abril 2023, estima-se para uma produção de 313,9 milhões de toneladas de grãos em maio 2023, informações que ainda podem aumentar devido ao plantio de inverno. Além disso, o Brasil é a maior economia da América Latina e a nona maior do mundo, o que faz com que as exportações brasileiras correspondam por mais de “70% do comércio total do Mercosul com a UE. É também seu décimo segundo maior parceiro comercial do mundo, imediatamente depois do México e respondendo por cerca de 1,7% do comércio total da UE. (COSTA, 2020, p.26).

Todos esses elementos mostram a capacidade produtiva do Brasil e como é preciso enfatizar o papel primordial do país para a garantia da segurança alimentar mundial.

A República Federativa do Brasil possui o posto de maior exportador atual da UE e a “UE, por sua vez, é o maior investidor estrangeiro no Brasil e é seu segundo maior parceiro comercial - depois da China - responsável por 18,3% do comércio total do Brasil.” (COSTA, 2020, p.26). o que é evidente ao analisar dados recentes disponibilizados pela Comissão Europeia, os quais afirmam que:

As importações agroalimentares da UE provenientes do Brasil atingiram 1,3 mil milhões de euros em janeiro de 2023. Isso confirma o Brasil como a primeira fonte de importação da UE. Os preços das commodities em janeiro de 2023 permaneceram altos e os valores de importação do Brasil foram 20% maiores do que em janeiro de 2022. As importações de milho aumentaram mais face a janeiro de 2022 (+259%, +144 milhões de euros).” (COMISSÃO EUROPEIA - tradução livre, 2023)

Esses dados acerca do monitoramento das exportações e das importações, mostram a importância da produção brasileira para os países membros da UE, pois a partir dela, o Conselho Europeu pode continuar a afirmar que não há risco de escassez de alimentos na União.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da guerra entre Ucrânia e Rússia na segurança alimentar dos cidadãos da União Europeia, além de tentar entender como o conflito modifica a Política Agrícola Comum e isso é feito através da observação da relação entre a guerra, políticas públicas, a fome e a segurança alimentar. Existe assim a ligação inegável entre o conflito e a fome. A instabilidade gerada por essa ação coloca os países em contradição, pois “Sem paz e estabilidade, nós não podemos ajudar a acabar com a fome. Da mesma forma, enfrentar a fome é a base para a estabilidade e a paz” (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS - tradução livre, 2023), sendo de extrema importância acabar com a guerra.

A União Europeia, a partir de suas ações contra a guerra, mostra que se preocupa com o aumento do preço dos alimentos e o efeito disso para o cidadão médio europeu, além da necessidade de desenvolver a área agrícola europeia, para garantir a segurança alimentar e evitar a fome. A instituição da Política Agrícola Comum é a evidência da preocupação dos europeus em evitar que haja insegurança alimentar no meio do seu povo. Essa política estipula padrões de qualidade de produção, busca patrocinar o desenvolvimento rural com foco na melhora da qualidade de vida dos produtores, além de incentivar a participação dos jovens e proporcionar, com a reforma PAC 2023-2027, a execução de uma agricultura mais ecológica e sustentável. Assim, é notório que não basta fornecer o suficiente para que uma população não morra de fome, é necessário que sejam cultivados e distribuídos alimentos de alta qualidade e economicamente acessíveis a todos os europeus.

O Brasil participa como um dos grandes parceiros de cooperação com a União Europeia quando tratamos de segurança alimentar, pois a nação contribui com a para o abastecimento e para o fornecimento dos estoques de produtos alimentares de base, essenciais para a solução do problema da fome e apresenta capacidade produtiva essencial para a balança comercial e a indústria de alimento. Incentivando assim, posteriores pesquisas para a criação de caminhos cooperativos que gerem desenvolvimento do Brasil na área agrícola, podendo chegar a ser uma referência internacional de tecnologias de ponta neste campo.

Além disso, é importante tratar da temática, pois está atrelada ao fato que a situação de insegurança alimentar é assunto que vai além das fronteiras da União Europeia, tem destaque nos ambientes diplomáticos. Os países que compõem a UE notam a necessidade de incentivar o fim da guerra para que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, principalmente o

segundo ponto - Fome Zero; e o décimo sexto - Paz, Justiça e Instituições fortes, sejam concretizados e tenhamos um sistema internacional desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios E Multifuncionalidade Na Política Agrícola Européia. **RESR**, vol.40, n2, p.235-264, 2002. Disponível em: <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/5d7bd3870e88254520717eae> Acesso em: 04/07/2022.

ACORDO sobre a Facilitação do Comércio. **OMC**. 7 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/arquivos-e-imagens/arquivos/AcordodeFacilitaodoComrciotraduzido.pdf> Acesso em: 13/05/2023

A GLOBAL food crisis. **World Food Programme**. 2023. Disponível em: <https://www.wfp.org/global-hunger-crisis> Acesso em: 14/05/2023

A POLÍTICA agrícola comum. **Comissão Europeia**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/cap-glance_pt Acesso em: 04/07/2022

A POLÍTICA agrícola comum: 2023-27. **Comissão Europeia**. 2023. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-2023-27_pt Acesso em: 11/05/2023

A POLÍTICA agrícola comum para o período 2023-2027. **Conselho Europeu**. Fevereiro, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/cap-future-2020-common-agricultural-policy-2023-2027/> Acesso em: 11/05/2023

BACCARIN, José Giacomo. **Sistema de Produção Agrícola do Brasil: Características e Desempenho**. São Paulo, Abril de 2021. <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/da-pa-apostila-2021.pdf> Acesso em: 11/05/2023

BARANOWSKI, Mariusz. COMMENTARY – THE PARADOX OF TWO WARS IN UKRAINE: Between Independence and the Social Welfare of Others. **World Affairs**, [s. l.], v. 186, n. 1, p. 226–234, 2023. DOI 10.1177/00438200221135190. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true db=asnAN=161663864 lang=pt-br & site=ehost-live> Acesso em: 1/06/ 2023.

BRISSOS, Susana Alexandre Dias. **(In)Segurança alimentar em Portugal: determinantes socioeconómicos do acesso a uma alimentação adequada**. Tese de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento. Universidade De Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/23805/1/TD-SADB-2022.pdf> Acesso em: 04/07/2022.

CARVALHO, Maria Auxiliadora. Políticas Públicas e Competitividade da Agricultura. **Brazilian Journal of Political Economy**. 21 (1). Jan-Mar, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/DpLBbsMfqMYCPCkHvN4R6WH/?format=html&lang=pt> Acesso em: 04/07/2022.

CARVALHO, Patrícia Nasser. A Política Agrícola Comum da Europa: controvérsias e continuidades. **IPEA**. Brasília, Dezembro de 2016. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29110&Itemid=406 Acesso em: 04/07/2022

CARVALHO, Patrícia Nasser de. Origens, Excepcionalidade E Protecionismo: A Agricultura No Processo De Integração Regional Da Europa. Monções: Revista de Relações Internacionais da **UFGD**, Dourados, v.8. n.16, jul./dez. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36915/2/Origens%2c%20excepcionalidade%20e%20protecionismo%20a%20agricultura%20no%20processo%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional%20da%20Europa.pdf> Acesso em: 11/12/2022

CEBRI. **A Guerra na Ucrânia e as Relações Brasil-Europa**. YouTube, 12 de Maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/0fJ8YjWNiE4?feature=share> Acesso em: 12/05/2023

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**. Brasília, DF, v. 10, safra 2022/23, n. 8 oitavo levantamento, maio de 2023.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Péres Rodrigues da. Política de comercialização agrícola comparada : Brasil, Estados Unidos e União Europeia. **IPEA**. Abril, 2022. Disponível em: td_2759_web.pdf (ipea.gov.br) Acesso em: 11/12/2022

CONSELHO adota para 2023-2027 uma política agrícola mais justa, mais ecológica e mais assente no desempenho. **Conselho Europeu**. Dezembro, 2021. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/12/02/council-adopts-fairer-greener-and-more-performance-based-farming-policy-for-2023-2027/> Acesso em:

COSTA, Maria Gabriella Oliveira . As raízes da guerra: Rússia e Ucrânia. **ODEC**. Março, 2022. Disponível em: <http://odec.iri.usp.br/analises/as-raizes-da-guerra-russia-e-ucrania%EF%BF%BC/> Acesso em: 14/05/2023

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua Política Externa: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília, 2020.

CRONOLOGIA – História Da Pac. **Conselho Europeu**. Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/timeline-history/> Acesso em: 11/05/2023

DATAVIZ. **WFO**. Disponível em: <https://dataviz.vam.wfp.org/> Acesso em: 01/06/2023

DECLARAÇÃO de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial. **FAO**. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> Acesso em: 17/05/2023

DREBES, Laila Mayara; BOHNE, Tanny Oliveira Limar; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Legislação. Política Pública e Suicídio: A Influência do Estado sobre Vida e Morte de Agricultores Familiares. **Desenvolvimento em Questão**. v. 16, n. 44, 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6570> Acesso em: 04/07/2022.

ESTATÍSTICAS agrícolas da UE: subsídios, emprego, produção (infografia). **Parlamento Europeu**. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20211118STO17609/estatisticas-agricolas-da-ue-subsidios-emprego-producao> Acesso em: 04/07/2022.

ESTUDOS Militares Conjuntos: conflito Rússia-Ucrânia, possíveis ensinamentos para o emprego conjunto das Forças Armadas. **Ministério da Defesa, Escola Superior De Guerra**. Rio de Janeiro, 2022 Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/operacoes-conjuntas-artigos-doutrinarios/arquivos/idoc_conflito-rus-x-ucr-estudo-emprego-conj_monografia_24ago2022_impressao-final-atualizado.pdf Acesso em: 17/05/2023

FISCHER, Breno; LIMA, Bianca; FERNANDES, Cássia; COMEÇANHA, Lucas; ROCHA, Lucas; BRANCO, Luís Gustavo; ZOMIGNAN, Luiza; TEIXEIRA, Tamires; Olympio Barbanti Jr. Quais as consequências da guerra na Ucrânia para a alimentação no mundo? **OPEB**. 18 de abril de 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/04/19/quais-as-consequencias-da-guerra-na-ucrania-para-a-alimentacao-no-mundo/> Acesso em: 09/05/2023

FSIN and Global Network Against Food Crises. **FAO**. 2022, p. 66. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cb9997en/> Acesso em: 04/05/2023

FSIN and Global Network Against Food Crises. 2023. **GRFC 2023**. Rome. <https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC2023-hi-res.pdf>

GLOBAL Food Crisis 2022. **World Food Programme**. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000143035/download/?_ga=2.119434121.1804349460.1683767508-27697789.1683767508 Acesso em: 17/05/2023

HAAS, Peter. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, 1992, pp 1-35.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Os efeitos da elevação dos preços das COMMODITIES agrícolas sobre a segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 15, p. 73-94, 2010. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:518equWUdZ4J:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em: 04/07/2022.

HUNGER and food insecurity. **FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/> Acesso em: 17/05/2023

INFOGRAFIA – A política agrícola comum (PAC). **Conselho Europeu**. Fevereiro, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/common-agricultural-policy-cap/> Acesso em: 04/04/2023.

INFOGRAFIA – Como a invasão da Ucrânia pela Rússia agravou a crise alimentar mundial. **Conselho Europeu**. Maio, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/how-the-russian-invasion-of-ukraine-has-further-aggravated-the-global-food-crisis/> Acesso em: 20/05/2023.

IPC - Integrated Food Security Phase Classification. Disponível em:
https://www.ipcinfo.org/?utm_source=poster&utm_medium=qr&utm_campaign=ipc

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: Harper Collins Publishers, 1989. Cap. 1, 2 e 10.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e Medindo **Segurança Alimentar e Nutricional. Ciência & Saúde Coletiva**. Artigo - Faculdade De Ciências Médicas, Universidade Estadual De Campinas (2011). Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2011.v16n1/187-199/#ModalArticles> Acesso em: 04/07/2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003. Disponível em:
https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291350/mod_resource/content/1/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf Acesso em: 04/07/2022.

MAFRA, Erich. Fertilizantes: o que são e de onde vêm? **Forbes**. Forbes Agro. 11 de março de 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/03/fertilizantes-o-que-sao-e-de-onde-vem/> Acesso em: 23/05/2023

MARPLES, David R. **The war in Ukraine's Donbas: origins, contexts, and the future**. Central European University Press, 2021.

MONITORING EU Agri-Food Trade - Developments In January 2023. **European Comission**. Abril, 2023. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-05/monitoring-agri-food-trade-jan2023_en_1.pdf Acesso em: 22/05/2023

NYE JR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2009, Cap. 7.

OBJETIVOS estratégicos principais da PAC 2023-2027. **Comissão Europeia**. 2023. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-2023-27/key-policy-objectives-cap-2023-27_pt Acesso em: 11/05/2023

POLÍTICA agrícola comum. **Conselho Europeu**. Disponível em:
<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/> Acesso em: 03/07/2022

QIBLAWI, Tamara; HODGE, Nathan; LISTER, Tim; KOTTASOVÁDA, Ivana. O que é o Donbass e por que é tão importante no conflito atual. CNN Brasil, **CNN**. 31 de Março 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-o-donbass-e-por-que-e-tao-importante-no-conflito-atual/> Acesso em: 19/05/2023

REUNIÃO extraordinária do Conselho Europeu (30 e 31 de maio de 2022) – Conclusões. **Conselho Europeu**. Maio, 2022. Disponível em:
<https://www.consilium.europa.eu/media/56587/2022-05-30-31-euco-conclusions-pt.pdf> Acesso em: 09/05/2023

SEGURANÇA alimentar e comportabilidade dos preços dos alimentos. **Conselho Europeu**. Março, 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/food-security-and-affordability/> Acesso em: 20/05/2023.

SEGURANÇA Alimentar E Nutricional. **CFN - Conselho Federal de Nutricionistas**. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/> Acesso em: 04/07/2022

SEIXAS, Mário Alves. A Crise dos Fertilizantes e o Aumento da Insegurança Alimentar Global Impactos do Conflito Rússia-Ucrânia no Mercado de Commodities Agrícolas.

Embrapa. Setembro, 2022. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/documents/10180/26187851/A+CRISE+DOS+FERTILIZANTES+E+O+AUMENTO+DA+INSEGURAN%C3%87A+ALIMENTAR+GLOBAL+IMPACTOS+DO+CONFLITO+RUSSIA-UCRANIA+NO+MERCADO+DE+COMMODITIES+AGRICOLAS.pdf/0283733c-bf26-5f6f-6d7b-a971ff35dc53?download=true> Acesso em: 14/05/2023

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das letras. São Paulo, 1999.

SUSTAINABLE Development Goals. Indicator. **FAO**. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/en/> Acesso em: 17/05/2023

TRADE and international policy analysis. **European Comission**. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/international/agricultural-trade/trade-and-international-policy-analysis_en Acesso em: 19/05/2023

UKRAINE Refugee Situation. **UNHCR**. 16 maio de 2023. Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine#_ga=2.237845126.763388161.1684517884-1056503922.1684517884 Acesso em: 17/05/2023

WAR in Ukraine Drives Global Food crisis. **World Food Programme**. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000140700/download/?_ga=2.180453991.1343942822.1684209858-27697789.1683767508 Acesso em: 17/05/2023